INTERCULTURALISMO(S) E IMIGRAÇÃO: ALGUMAS QUESTÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA PORTUGUESA E ESPANHOLA¹

INTERCULTURALISM(S) AND IMMIGRATION: SOME QUESTIONS FORM THE PORTUGUESE AND SPANISH EXPERIENCE

Marcelo Alario Ennes²

Resumo: O problema que o presente artigo se propõe a investigar refere-se à pertinência do interculturalismo para a questão migratória, em especial, em Portugal e na Espanha. Seu argumento central baseia-se em uma perspectiva polissêmica sobre interculturalismo, isto é, o interculturalismo como chave analítica, como expressão de políticas de integração e gestão e como tradução da sociedade do consumo. Propomos, assim, que o interculturalismo oferece possibilidades analíticas para compreender a diversidade cultural e suas tensões entre diferenças e desigualdades, que dentro dos limites políticos dos Estados-nação representou avanços quando comparado com outros modelos anteriores e nos permite pensar várias dimensões da diversidade cultural produzida pela presença de imigrantes. O artigo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, observação direta e entrevistas qualitativas e pretende oferecer contribuições para pensar os limites e avanços do debate teórico e político sobre as questões migratórias em especial nos 15 primeiros anos do século XXI.

Palavras-chave: Interculturalismo. Políticas migratórias. Sociedade do consumo. Chave-analítica.

Abstract: The point of this article refers to the relevance of interculturalism to the immigration question, especially, in Portugal and Spain. Its central argument is based on the multisemics perspective about interculturalism, that is, interculturalism like an analytic key, like the integration politics for immigrants, and, like translation by consumer society. We propose, therefore, that the interculturalism offers analytic possibilities to understand the cultural diversity and its tensions between the differences and inequality; that, within the Nacional-state, interculturalism a more suitable model than those previously tested, and, the interculturalism allows us to think about various quotidian life dimensions. The article was developed based in bibliography research, direct observation and qualitative interviews and the article intend to offer contributions towards thinking about the limits and advances of the immigration question during the first 15 years of 21st century.

Keywords: Interculturalism. Immigration policies. Consumer society. Analytic-key.

¹ Artigo recebido em 15 de março de 2021 e aceito em 10 de abril de 2021.

² Doutor em Sociologia. Docente do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: itab2010@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9937-543X>. Researcher Id: H-6941-2016.

Introdução

Esse artigo teve origem no desenvolvimento de meu estágio de pós-doutorado entre 2013 e 2014, realizado em Lisboa e Madri³. Neste período, a bibliografia acessada indicou que o interculturalismo é um termo polissêmico e que era empregado em várias dimensões da realidade portuguesa e espanhola, especialmente, no que dizia respeito às questões migratórias naquele país. Esta condição polissêmica do interculturalismo foi ratificada e reforçada a medida em que dei início ao meu trabalho de campo por meio da observação direta pelas ruas destas cidades, em especial, nos bairros da Mouraria e do Lavapiés, e com a realização de uma série de entrevistas com imigrantes e representantes de associações de imigrantes⁴. Deste modo, à medida que o estudo avançava, pude perceber que o interculturalismo se referia a aspectos e dimensões que, não obstante serem interdependentes, tinham diferenças que mereciam ser mais bem explicitadas e compreendidas. Este artigo procura apresentar algumas pistas para o esclarecimento desta problemática.

No que diz respeito à bibliografia consultada, parte dos autores referenciados no artigo são pesquisadores portugueses e espanhóis. Ressalto que apenas parte do conjunto das fontes de pesquisa acima relacionado será aqui acionada em razão principalmente das dimensões exigidas em um artigo. Mesmo que não possam ser representativos no sentido amostral, em especial as entrevistas, essas fontes dão conta de evidências significativas para sustentarem os argumentos e conclusões apresentadas neste artigo.

O presente trabalho está dividido em quatro partes de modo a pensar relação entre interculturalismo e migração em três de suas dimensões. A primeira parte tem como objetivo situar a problemática e os caminhos pelos quais procurei enfrentá-la. Na sequência, abordo o tema do interculturalismo como chave analítica para pensar a diversidade cultural produzida pela migração. Na terceira, faço algumas reflexões sobre o tema da integração de imigrantes e o alcance destas políticas, considerando os limites impostos pelo Estado-Nação. Por fim, na quarta parte, proponho uma outra perspectiva sobre o interculturalismo, agora como tradução da sociedade do consumo.

---

³ Pesquisa realizada com o auxílio de bolsa de estudos de pós-doutorado CNPq.

⁴ Cheguei às pessoas entrevistadas por meio de uma rede de informantes construída inicialmente por contato via e-mails e, depois, por visitas pessoais. Para evitar a exposição dessas pessoas, que no momento da pesquisa ocupavam, por meio de seus cargos, protagonismo na questão migratória, omitirei, neste artigo os seus nomes.

O Interculturalismo como chave analítica

Para Norbert Elias (2005), determinadas expressões da realidade social só se colocam para a análise sociológica face ao desenvolvimento de “esquemas mentais”, isto é, a visibilidade e a compreensão sociológica sobre a realidade social dependem do desenvolvimento de conceitos e categorias analíticas. Esse parece ser o caso do interculturalismo. Sua definição como chave analítica nos permite compreender novas dinâmicas da interface entre cultura, política e economia.

Mais especificamente, o interculturalismo, como chave analítica, vem sendo útil para a análise de realidades caracterizadas para se compreender como processos de intercâmbio, trocas, sobreposições, somas e subtrações são operadas em configurações sociais caracterizadas por diferenças culturais seja as produzidas por grupos internos que se somam aos imigrantes, seja no caso em que imigrantes são a fonte principal das diferenças culturais.

O interculturalismo, ao lado da hibridação (CANCLINI, 2008), é aqui entendido como uma categoria analítica para pensar as relações entre poder e cultura. Relações que implicam aberturas e trocas culturais, mas que ao mesmo tempo mantêm e/ou recriam formas de hierarquização e transgressão social. O interculturalismo tem uma dimensão dialética, mas, também, uma ambivalente. Isto é, nos permite entrever, entre as teias de relações culturais e políticas, expressões de antagonismos que se produzem sob a forma de sínteses, paralelismos e ambivalências.

Interculturalismo é, portanto, um recurso analítico para se compreender o mundo contemporâneo e sua polissemia e é, em si, revelador de sua pertinência. Considerar o interculturalismo como chave analítica implica, por exemplo, em reconhecer as particularidades do fenômeno migratório em um contexto marcado pela globalização e desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação. Este é um mosaico em que a dimensão econômica é profundamente entremeada por questões socioculturais e identitárias. Os fluxos migratórios se constituem assim, mais do que nunca, como um fenômeno multidimensional e multissêmico.

O interculturalismo como paradigma (RAMOS, 2010) nos ajuda a pensar as dinâmicas ambivalentes de produção de hierarquias e transgressões sociais características do contexto migratório e da sociedade do consumo (CANCLINI, 2007; Baudrillard, S/D; BAUMAN, 2008). Nessa linha de raciocínio, encontramos em Canclini (2008) a ideia de interculturalismo como uma categoria política e analítica que avança em relação à multiculturalidade. Isso porque, de certo modo, o multiculturalismo (CANCLINI, 2008; MEER, MODDOD, 2012, ZAPATA-BARRERO, 2017) remete à celebração da diferença de modo a naturalizá-la e despolitizá-la, produzindo em muitos casos a reensencialização

das identidades, bem como a “guetização” de grupos étnicos e culturais (ENNES, 2014). Deste modo, o multiculturalismo tende a manter a diversidade e a diferença cultural de modo estanque e não consegue avançar em direção **à compreensão das** relações de desigualdades que se sobrepõem às diferenças (CANCLINI, 2008; MEER, MODDOD, 2012, ZAPATA-BARRERO, 2017).

Desse modo, o interculturalismo procura dar visibilidade e inteligibilidade às relações culturais e de poder que são, ao mesmo tempo, marcadas pela diferença e pela desigualdade. Permite, também, compreender como as relações de dominação são portadoras de formas de resistência e autonomia. Sugiro, portanto, pensar a produção da diversidade cultural a partir de uma perspectiva intercultural tal como Canclini propõe. A pertinência analítica do interculturalismo se fortalece quando o autor recorre, de modo interdependente e complementar, à ideia de hibridismo. Se partirmos do pressuposto de que culturas são incompletas, podemos considerar as possibilidades de comunicação e intercâmbio produzindo hibridismos culturais. Na perspectiva de Canclini (2008), todavia, esta interseção e este hibridismo não descartam relações de poder e nem processos de hierarquização e subordinação social. Isto é, a produção do pertencimento, da alteridade e da desigualdade não são processos excludentes, ao contrário, são interdependentes. Desse modo, o par intercultural/híbrido avança analiticamente quando comparado **às** categorias tais como assimilação e multiculturalismo (ENNES, 2016).

Boaventura Sousa Santos (2013), refere-se ao interculturalismo em termos de expressões de preconceito e racismo de um lado e, de outro, formas de mecanismos de resguardo e proteção dos sujeitos mais vulneráveis em contextos de intercâmbio cultural ao tratar do tema da religião. O autor chama de “concepção intercultural dos direitos humanos que “[...] destina-se a tornar inteligível a ideia de que o propósito dos intercâmbios interculturais é a interpretação, a produção e partilha de significados.” (2013, p. 123).

Desse modo, entendo o interculturalismo como uma chave analítica que nos auxilia a entender a migração como um processo produtor interseções culturais ao colocar povos e culturas distintas em contato. Por sua vez, essa dinâmica levanta ou cria barreiras, destrói velhas hierarquias e constroem novas, não podendo ser apreendida apenas por meio de dicotomias, tais como centro/periferia, dominante/dominado (ONGHENA, 2003, p. 61-62), ela exige um novo olhar que não desconsidere as hierarquias e os processos de subordinação e, ao mesmo tempo, deem conta de dinâmicas de transgressão e empoderamento operadas dentro dessas mesmas lógicas.

Interculturalismo como política de integração de imigrantes e de gestão da diversidade

O tema da integração de imigrantes e de gestão das diferenças culturais é pleno de tensões políticas. Isso porque, dentre outros motivos, parte de um pressuposto de que há algo e alguém a serem integrados e de que as diferenças devem ser administradas. Fica, com efeito, implícita e subentendida uma relação de poder assimétrica entre o sujeito e o objeto da integração e da gestão. As sobreposições teóricas e políticas podem ser observadas na maneira como os Estados-Nação vêm tratando do tema da diversidade cultural, em especial a produzida pela presença de imigrantes. Pode-se dizer que o Estado-Nação é uma forma relativamente recente e muito particular de arranjo político, territorial e cultural (HELD, 2003) e tem como uma de suas prerrogativas a produção e a salvaguarda de identidades hegemônicas (BAUMAN, 2008).

Em outra ocasião (ENNES, 2016), procurei tipificar três ideias-chave que têm orientado as políticas de integração a partir do final do século XIX. A primeira, marcada pela negação e eliminação da diferença representada sobre certa modalidade de assimilacionismo; a segunda, pela emergência da ideia e de leis de defesa ao direito à diferença, em grande parte associada às políticas multiculturais e, por fim, as políticas interculturais que não apenas consideram a diferença como um direito, mas também, problematizam de uma perspectiva política as relações entre o “sujeito” e o “objeto” da integração. Essa perspectiva também é encontrada em González:

A questão radical, portanto, nos tipos de relações que se instauram entre os diferentes grupos culturais, o qual pode ser de igualdade na medida em que seja possível estabelecer um diálogo intercultural equitativo ou de subordinação na qual a cultura majoritária dominante pretende impor-se a cultura minoritária (2010, p. 46-47)⁵.

As políticas interculturais, quando confrontadas com as multiculturais retomam com maior ênfase a problemática da coesão social. Parte consistente das críticas ao multiculturalismo e a seu suposto fracasso estaria associado ao fato de ter priorizado ideias e princípios como diferença e pluralidade cultural em detrimento da coesão social (MEER, MODOOD, 2012; OLIVEIRA, 2012).

Outros estudos têm indicado a existência de limites para o processo de integração do imigrante e de gestão da diversidade inerentes à própria natureza do Estado-Nacional. Por exemplo, algumas delas partem do fato de que as políticas positivadas no âmbito dos Estados Nacionais herdaram as restrições de uma organização política e administrativa que se constituiu a partir de uma dinâmica de homogeneização cultural.

---

⁵ Tradução livre do espanhol para o português feita pelo autor.

[...] o verdadeiro problema que surge na raiz do reconhecimento, tratamento e/ou gestão da diversidade se encontra no nível institucional. O obstáculo principal que qualquer estratégia a dirigida a interculturalizar e/ou diversificar a educação terá que enfrentar, o que está tão profundamente enraizado no solo da pedagogia nacionalizante, é o “estado-nacionalismo” (DIETZ, 2007, p.35/36)⁶.

A natureza do Estado-Nação seria, assim, um obstáculo inerente a uma política de integração e gestão da diversidade mais democrática e simétrica, no que diz respeito à participação de imigrantes em postos e centros de decisão sobre essas políticas. Em um texto escrito em um período em que o tema da interculturalidade tomou um grande espaço no cenário político e acadêmico na Espanha, Innerarity (2003) propôs que a saída para este impasse estaria na “desestatização da vida pública” (*idem*, p.79) em direção a uma “sociedade policêntrica” e de “um pluralismo constitucional”. Para Canclini, esta contradição inerente se manifesta porque:

Há um desacordo estrutural entre a ordem política organizada em Estados nacionais, com governos eleitos por cidadãos de cada país, que só têm competência em assuntos internos, e os fluxos de capitais, bens, mensagens e migrações, que circulam transnacionalmente sem regulações globais nem participação de cidadãos nesta escala supranacional. [...] Os acordos reduzem-se ao que as reuniões de cúpulas empresariais e governamentais acertam entre si (CANCLINI, 2007, p. 205).

Há, ainda, uma outra importante diferença entre as políticas multiculturais e as políticas interculturais voltadas à gestão da diversidade⁷. No plano das políticas implementadas em Portugal e Espanha, podemos observar uma trajetória marcada pela centralidade de perspectivas interculturais até por volta de 2011. Na Espanha, em particular, na Comunidade Autônoma de Madri que tive a oportunidade de estudar, este recuo pode ser constatado de modo mais claro pela diminuição do espaço institucional, a exemplo do fechamento de vários centros culturais voltados à imigração, e pelo desaparecimento da referência ao termo interculturalidade ou interculturalismo em seus documentos oficiais publicados a partir de 2014. Em Portugal, este recuo ocorreu mais ou menos no mesmo período e esteve acompanhado pelo crescimento significativo da emigração de portugueses, fato bem ilustrado pela mudança do nome

⁶ Tradução livre do espanhol para o português feita pelo autor.

⁷ Há de se considerar que as políticas interculturais de gestão da diversidade têm duas origens. Uma na parte francesa do Canadá e outra no âmbito Conselho Europeu. A primeira está relacionada com as garantias de existência de povos e expressões culturais não hegemônicas no Canadá, tanto em relação aos indígenas, quanto à população de língua francesa. Já na Europa, as políticas interculturais estão associadas ao que foi considerado fracasso das políticas multiculturais e no princípio que a diversidade pode trazer ganhos e econômicos e culturais para os países de europeus. Em ambos os casos, as políticas interculturais possuem uma maior ênfase no tema da coesão social quando comparada às políticas multiculturais. (BERRY, 2013; ZAPATA-BARRERO, 2017).

de seu principal órgão ligado à questão migratória o Alto Comissariado das Imigrações e Diálogo Intercultural (ACIDI) que passou a se chamar de Alto Comissariado das Migrações (ACM), de modo a contemplar tanto os fluxos imigratórios quanto os fluxos emigratórios.

Antes disso, no entanto, Portugal e Espanha desenvolveram e implementaram políticas de integração da imigração e gestão da diversidade centradas na perspectiva intercultural. No caso de Portugal, destacam-se o Plano de Integração do Imigrante – 2007 a 2009 (S/D) e o II Plano de Integração do Imigrante – 2010 2013 (S/Db). No que diz respeito à Espanha, há de se considerar que a organização política administrativa do país concede às Comunidades Autônomas um conjunto de prerrogativas, em especial no campo da educação, saúde e cultura. Apesar disso, o Estado espanhol elaborou duas versões do Plano Estratégico de Cidadania e Integração. O primeiro para o período de 2007 a 2011 e o segundo para o período de 2011 a 2014. (ENNES, RAMOS, SAURÉZ, 2018).

Em outra ocasião (ENNES, RAMOS, SAURÉZ, 2018), pude analisar como o interculturalismo aparecia não apenas nesses documentos, mas também como foi incorporado nas políticas e ações decorrentes deles. Em síntese, o que pude constatar foi que havia ao menos dois eixos norteadores tanto em Portugal como na Espanha. Primeiro, as ações eram transversais e deveriam ser compartilhadas por órgãos públicos ligados ao trabalho, saúde, assistência social, cultura e educação. Segundo estas ações, eram implantadas nos vários níveis da estrutura administrativa dos dois países, isto é, compreendiam os níveis nacional, regional e local. Para cada um deles, havia setores e pessoal responsáveis.

Assim, as chamadas políticas interculturais de integração e gestão da diversidade, inclusive as desenvolvidas em Portugal e Espanha, não fugiram da questão de fundo da ação normativa dos Estados-Nação voltada à coesão social. Por outro lado, revelam uma outra faceta, talvez específica da Europa, que demonstrou como políticas desenvolvidas no âmbito dos Estados-Nação, a exemplo dos países ibéricos, são influenciados ou mesmo orientados por resoluções elaboradas em âmbito internacional. Nesse sentido, por exemplo, Ramos destaca que a Comissão Europeia

[...] instituiu 2008 como o ‘*Ano Europeu do Diálogo Intercultural*’ com o objetivo de encorajar o debate junto aos poderes públicos, ao setor privado e à sociedade civil sobre formas de acolher e promover a diversidade e a gestão cultural, assim como a comunicação intercultural, através de medidas, nomeadamente: do desenvolvimento da participação democrática da diversidade cultural; do reforço da cidadania e participação; da aquisição e ensino de competências interculturais, da criação de espaços de diálogo intercultural; da promoção do diálogo intercultural nas relações nacionais e internacionais. (RAMOS, 2010, p. 28).

Não deixa de ser interessante que a declaração da Comissão Europeia veio a público em 2008, mesmo ano do início da grande crise econômica. De qualquer maneira, as políticas interculturais de integração do imigrante, tanto em Portugal como na Espanha, não estiveram livres de críticas e dissensos. Sobre isso, há dois exemplos que merecem ser lembrados. Em nossa pesquisa de campo observamos, por meio de duas entrevistas com representantes de associações de imigrantes, alguns dos limites práticos das políticas interculturais de integração do imigrante e de gestão da diversidade. Em Lisboa, um representante de uma associação de imigrantes foi bastante enfático em sua crítica:

Não venha me dizer que os portugueses convivem bem com os pretos, com os imigrantes... Portugal teve relações com a África e com o Brasil que nos envergonha. Foi uma relação de opressão, de escravatura... Também relações ótimas, de amor e tudo mais. Mas essencialmente foram relações de dominação. [...] as leis portuguesas são xenófobas, que leis que oprimem, leis que não dão direitos, são leis que me lembram um código penal, são leis que criminalizam, penaliza os imigrantes, não fala de direitos. Esse olhar romântico não só em Portugal, mas na Europa, em relação aos imigrantes “coitadinhos” é um olhar paternalista, são bando de desgraçados ... vamos lá criar um banco alimentar” Eles não querem isso. A interculturalidade não existe. (Entrevistado 1, 2013)⁸.

De modo semelhante, em Madri O presidente de uma associação de imigrantes demonstrou algumas das dimensões dos limites das políticas de integração:

É um pouco negativo porque não sou eu apenas minha cultura, minha tradição. Sou uma pessoa, sou gente, dinâmico e que vou me fazendo, que vou me entremesclando, que vou colhendo parte de minha identidade cultura aqui e lá. Passo a ser um sujeito político, um sujeito de ação onde necessito e demando meu espaço de participação política, minha conta porque sou cidadão que sei portanto que economicamente, socialmente e culturalmente, ou seja, em tudo porque sou uma pessoa, não? Eu creio que isso é o nós estamos sempre dizendo: a integração tem que ser em todos os **âmbitos**, em todos, cultural, social e político. (Entrevistado 2, 2013)⁹.

Para este entrevistado há duas cidadanias:

Os autóctones que vão com uns direitos e unas obrigações e os imigrantes que vão com mais obrigações e menos direitos. Há duas cidadanias, duas obrigações e isto não está sendo modificado. Por exemplo, ainda se segue pensando em uma Europa branca. (*Idem*).¹⁰

⁸ Representante de uma associação de apoio ao Imigrante, Lisboa, 2013.

⁹ Tradução livre do espanhol para o português feita pelo autor.

¹⁰ Tradução livre do espanhol para o português feita pelo autor.

De acordo com o entrevistado, essa dupla cidadania se revela, também, nas limitações que imigrantes encontram para acessar cargos e espaços de decisão. Isso porque os cargos legislativos para os quais imigrantes podem concorrer são no âmbito municipal e, em alguns casos, das comunidades autônomas, mas nunca em nível nacional.

A ênfase na dimensão cultural colocaria questões políticas em segundo plano. O mesmo acontece com as necessidades econômicas e direitos políticos. Essas críticas por parte de representantes de associações encontram ressonância em alguns autores ibéricos:

Outrossim, é uma presença despolitizada, mediada por uma ideologia de culturalização patrocinada pelo Estado, na qual questões como desigualdade econômica e social, discriminação e racismo, exclusão legal e consequentemente fragilização da cidadania, não encontram qualquer eco (OLIVEIRA, 2012, p. 70-71).

Algumas versões do interculturalismo apresenta outras limitações face à problemática relacionada à gestão da diversidade. No plano institucional, ao menos em Portugal, verificou-se que esse limite aparece com certa frequência na ideia de que é possível somar culturas distintas (ENNES, 2014). Neste ponto de vista, os imigrantes podem ser uma fonte de enriquecimento da cultura portuguesa e caberia ao Estado criar condições para que esse processo fosse harmônico, de modo a fortalecer a coesão social. Todavia, essa possibilidade não se concretiza. Nem mesmo na perspectiva da “hermenêutica diaspótica” de Boaventura Sousa Santos, segundo a qual todas as culturas são incompletas e que isso leva a um processo contínuo de complementação mútua (SANTOS, 2000). O interculturalismo recoloca a problemática básica das relações de alteridade segundo a qual não é suficiente aceitar o outro, mas é igualmente necessário abrir mão do nós. Não se trata, portanto, apenas de soma, mas também de subtração.

Somas culturais são possíveis quando valores, tradições ou costumes não estão postos em questão, quando não é necessário escolher por uma ou outra referência cultural. Mas o mesmo não é possível quando escolhas se impõem. Castoriadis (1992) explicitou esse impasse quando escreveu sobre a prática da infibulação feminina por empregados islâmicos de uma casa francesa. A situação descrita consiste no impasse da família francesa em impedir ou não prática da mutilação genital da filha de seus empregados. Ficam presos entre o princípio do *habeas corpus*, um dos pilares dos direitos humanos e o, igualmente ocidental, princípio do respeito à diferença cultural expresso na tradição dessa prática nos países de origens dos imigrantes. Esse exemplo serve para demonstrar uma situação limite em que alguma das partes terá, necessariamente, que abrir mão de seus valores.

Ainda sobre a intransponibilidade de barreiras culturais em contexto de disputa, há obstáculos que colocam em xeque a bem-intencionada concepção de soma cultural expressa, por exemplo, na entrevista com uma representante de um órgão público português ligado à imigração:

[...] em Portugal nós tentamos desenvolver este modelo intercultural em que é um somatório de identidades. Nós vemos a cultura e a identidade cultural como dinâmica e não estática, e como somatório, nós vamos somando e não vamos diminuindo, não vamos deixar de ser quem somos porque estamos em outro país, e a própria sociedade de acolhimento também se vai matizando com estes contatos todos que [...] mesmo é, e daí é desenhar políticas em que... políticas para todos. Quando falamos de interculturalidade falamos em todos, não só em quem chega, mas em quem está. (Entrevistada 4, 2013).

Em contraposição a essa perspectiva, Onghena (2003) destaca alguns outros obstáculos às políticas interculturais que vão além dos limites originários à natureza dos Estados-Nação.

Desde o ponto de vista político, este horizonte de pensamento requer compreender fatores que obstaculizam os processos interculturais: o pensamento único, a essencialização ou a instrumentalização política das identidades, os preconceitos, as sobreposições sobre um mesmo, a ignorância do ‘outro, o intercâmbio desigual dos signos e das culturas (ONGHENA, 2003, p. 61)¹¹.

A “contradição em termos” que estamos tentando evidenciar no que diz respeito à relação entre interculturalismo e Estado-nação pode ser melhor visualizada quando lembramos das observações que Stuart Hall (2009) faz sobre as dimensões globalizadas e diaspóricas dos fluxos migratórios. Ainda que Hall tenha como referência empírica a diáspora caribenha, seu estudo é uma importante contribuição para pensarmos as tensões entre as dinâmicas culturais pensadas como “tradução”. Na realidade, essa contradição se refere à compreensão das dinâmicas culturais como expressão da “tradução” e a natureza dos Estado-nação que procuram “encurralá-las” em seus limites. As dinâmicas globalizantes, assim, teriam intensificado o poder de transgressão das dinâmicas culturais sobre as forças normatizadoras e homogeneizantes dos Estados-nação.

Por outro lado, ainda segundo Hall “Esta nova fase ‘transnacional’ do sistema tem seu ‘centro’ cultural em todo lugar e lugar nenhum. Está se tornando ‘descentrada’. Isso não significa que fala a ela poder ou que os Estados-nação não tem função nela” (2009, p. 35). Nesta linha, o estudo revelou que todos esses

---

¹¹ Tradução livre do espanhol para o português feita pelo autor.

limites e contradições das políticas imigratórias portuguesa e espanhola não impedem que tenham produzido efeitos positivos em termos de manutenção de índices de xenofobia e racismo em níveis consideravelmente baixos, isso é, se não conseguem avançar para formas equânimes e simétricas de integração e gestão parecem ter funcionado como formas de contenção. Em Portugal, por exemplo, um relatório da Organização Internacional das Migrações (OLIVEIRA, GOMES, 2017), com base em quatro aspectos das relações entre imigrantes e nacionais¹², demonstra que no país foi encontrado um menor número de percepções e atitudes discriminatórias em três das quatro dimensões. A única situação em que o país está acima da média europeia consiste no compartilhamento de ambientes de trabalho com imigrantes, em especial com os de origem subsaariana e mulçumana. Por outro lado, no que diz respeito, à taxa de discriminação, Portugal está entre os países com os menores percentuais, 17%, quando comparado com a Áustria, 42% e a Dinamarca, 41% (OLIVEIRA, GOMES, 2017, 248-249)¹³.

Essa baixa adesão da população portuguesa às agendas racistas e xenófobas pode ser ratificada pelos resultados nas eleições autárquicas de 2017 nas quais estavam em disputa a representação nas câmaras e assembleias municipais e assembleias de freguesias. O Partido Nacional Renovador, o partido com maior associação com expressões de discriminação e preconceito contra o imigrante não recebeu mais do que 0,30% dos votos apenas em 8 dos 18 distritos do país. Essa realidade já havia sido estudada pelo sociólogo português Rahul Kumar (2012). De acordo com o autor, a baixa votação ocorre desde 2001, quando o PNR participou pela primeira vez das eleições e obteve 0,09% dos votos. Desde então, o partido teria conquistado mais eleitores, mas nunca ultrapassando o percentual obtido em 2017.

A ideia segundo a qual as políticas interculturais de integração da imigração e gestão da diversidade, não obstante, todos os seus limites, representa um obstáculo para o aumento do racismo e da xenofobia reapareceu em uma das entrevistas realizadas em Madri

Eu creio que com uma crise tão brutal como a que a Espanha está vivendo, que não se observa no resto da Europa ... tem havido pequenos grupos que atacam os imigrantes. Mas não tem havido xenofobia na Espanha. Em minha opinião, isto é graças ao que se investiu e, sim, tem havido coisas que se haviam trabalhado, incluindo

¹² “[...] i) percepção da discriminação na sociedade; ii) atitudes pessoais face à discriminação; iii) conhecimento dos direitos em matéria de discriminação e iv) políticas de combate à discriminação” (Oliveira, Gomes, 2017, p. 249).

¹³ Estes dados não condizem com outros publicados recentemente pela imprensa portuguesa que coloca o país entre os mais racistas da Europa, tal como uma reportagem publicada pelo Portal da Sapo em 3 maio de 2017. A diferença parece estar associada, sobretudo, à metodologia, já que os dados sobre preconceito retirados pelo Jornal do Repositório FIHSHARE “[...] não é medido através das atitudes dos cidadãos, mas sim através da conotação negativa que atribuem às pessoas de raça negra” (SAPO, 2017).

em nível educativo de forma transversal nos Institutos [...] porém eu creio que é uma realidade que Espanha e, sobretudo, grandes cidades como Madri, são cidades interculturais e vão seguindo sendo. E isso é algo que não se pode ignorar (Entrevistada 3, 2014).

A ação do estado por natureza é normatizadora e quando o interculturalismo se converte em política de integração não escapa dessa condição. Portanto, o que pode ser uma demanda, uma expressão de novos direitos ou novos arranjos societários e culturais ao se tornar lei, agirá sobre a sociedade de modo a estabelecer parâmetros de conduta por normas e regras.

O desafio do interculturalismo como política de gestão não parece, portanto, ser diferente de qualquer outra política nesse âmbito. Isto é, o desafio de ser a mais representativa possível de uma sociedade e de uma cultura cuja relações são caracterizadas pela diversidade cultural e pelas desigualdades políticas e econômicas. Como dito acima, o interculturalismo como política de integração e gestão da diversidade recoloca a questão básica da convivência com diferente ao nos desafiar não apenas a aceitar o outro, mas como condição para isso, abrir mão de algo de nós mesmo. Essa problemática é enfrentada pelas políticas interculturais, como as observadas em Portugal e Espanha no período estudado, mas não é respondida de modo pleno. Isto porque a resposta para o caso das políticas migratórias está na abertura para que imigrantes possam participar e interferir positivamente na elaboração destas leis e, com isso, romper com a perspectiva hegemônica de identidade nacional inerente ao modelo, igualmente, hegemônico de Estado-nação. Isso, no entanto, nos recoloca face aos limites inerentes impostos por este modelo.

Por último, é importante destacar que depois de quase uma década da implementação de políticas interculturais de gestão da diversidade, de seus avanços e recuos, pode-se dizer que o interculturalismo propõe-se ir além do multiculturalismo como política de integração ao retomar, com maior ênfase, o tema da coesão social. Este tema, no entanto, não passa necessariamente pela ação do Estado-nacional. Por exemplo, Zapata-Barreto define um conjunto de dimensões que dão base para o que chama de “Intercultural Policy Paradigm (ICP)”:

[...] O ICP é definido através de 10 dimensões principais. Avaliação das funções da cidade ‘através de uma lente intercultural’ (educação, domínio público, moradia, serviços públicos e administração civil, negócio e economia, esporte e artes); segurança urbana; mediação e solução de conflitos; linguagem, estratégia de mídia; estabelecimento de uma política internacional para a cidade; “abordagem baseada em evidência”; conscientização intercultural; acolhimento de recém-chegados; e governança intercultural (a qual inclui participação e representação). Estas di-

mensões constituem um leque abrangente de diferentes áreas de intervenção garantindo condições para promover relações entre pessoas de diferentes contextos, incluindo cidadãos nacionais. (ZAPATA-BARRETO, 2017, p 10)¹⁴.

Da citação acima, destacamos dois pontos importantes sobre a “a gestão da diversidade”. O primeiro se refere a perda da centralidade do Estado como agente destas políticas. Segundo, uma maior importância da cidade e do mercado como espaços interculturais.

Interculturalismo, economia e consumo

É a partir da análise de Zapata-Barrero (2017) que gostaria de retomar a centralidade do consumo na sociedade ou a chamada sociedade do consumo. Esta tem sido objeto de estudo e análise de muitos pesquisadores e intelectuais contemporâneos. Para os objetivos deste artigo trabalhamos, sobretudo, com as contribuições de três destes autores (BAUDRILLARD, S/D; BAUMAN, 2008; CANCLINI, 2008) que, mesmo que partam de pressupostos teóricos e políticos distintos, nos auxiliam a pensar a questão migratória, ao lado do problemática da interculturalidade e consumo no mundo contemporâneo.

Em comum estes três autores pensam o consumo para além de um ato individual e restrito ao campo das atividades econômicas e da aquisição de bens materiais e simbólicos. Baudrillard (S/D) propõe uma “lógica social, o que eleva a condição de uma prática coletiva e coercitiva que age sobre o processo de controle e integração social (S/D, p. 81). Para Bauman (2008), o consumo na sociedade contemporânea dá existência à “vida de compras” (p. 66), uma vida em que as frustrações pessoais são compensadas pela dinâmica do descarte-consumo-descarte. O consumo está, portanto, na base das forças produtoras de sentido na vida. Em Canclini (2008), reaparece esta centralidade do consumo na sociedade contemporânea. O consumo colonizou todas as esferas da existência humana seja no plano social, político ou afetivo. É a partir desta concepção que, por exemplo, Canclini (2008) propõe repensar a cidadania de modo a incorporar consumo.

Em razão de sua centralidade é que podemos dizer que as chamadas relações interculturais são mais facilmente concretizadas no âmbito do consumo, do que no das políticas de integração de imigrantes ou de gestão da diversidade (CANCLINI, 2007). Neste sentido, pode-se dizer que o consumo tende a esvaziar o teor político de modo a que facilita o diálogo entre diferentes referências e padrões culturais. Um exemplo, são redes globais de lojas que comercializam

---

¹⁴ - Tradução livre do inglês para o português feita pelo autor.

roupas com forte apelo étnico seja por meio de estampas ou designe de roupas e acessórios com forte referência ao mundo da cultura árabe em uma tradução do “Orientalismo” (SAID, 2007). O consumo é o vetor da tradução do não-ocidental em exótico dinâmica (SILVA, 2000) também observada em salões de beleza como veremos a adiante.

O consumo facilita o encontro cultural. Um exemplo é o Kuduro (MARCON, 2013) estilo de música e dança angolano que se tornou uma referência da juventude de angolanos e luso-angolanos. O Kuduro, passou a ser ouvido e dançado não apenas em boates em bairros sociais e frequentadas por imigrantes e seus descendentes, mas também em espaços mais centrais e frequentados por portugueses e pessoas de outras nacionalidades.

Um segundo exemplo pôde ser observado no evento Noites de São Bento, promovido pela Câmara de Lisboa como parte do “Festival Todos”. Em setembro de 2013 pude presenciar o evento durante a apresentação da comunidade indiana na cidade. O grupo desceu a rua São Bento a partir das imediações da Estação do Metro Rato em direção à Assembleia da República. Enquanto o cotejo cantava e dança músicas de origem indiana, era saudado por outros membros do grupo que se posicionavam nas janelas dos prédios públicos que cercam a rua. Neste ambiente festivo, havia pessoas de muitas origens, inclusive muitos portugueses, de modo corresponder com a proposta da Cidade de Lisboa em promover a diversidade cultural.

Um terceiro exemplo foi observado durante o Festival Imigrarte em novembro de 2013 promovido pela Associação Solidariedade Imigrante e que contou com a presença de imigrantes, além de portugueses, que fizeram, em dois dias, 50 espetáculos de dança, música, teatro, cinema, artes plásticas e visuais, bem como conferências e workshops (ENNES, RAMOS, 2018b). Durante as apresentações artísticas e culturais eram vendidas comidas, bebidas e roupas típicas das etnias/nacionalidades presentes. Pelas paredes do recinto havia faixas e cartazes contrárias às formas institucionalizadas de contenção e/ou reversão dos fluxos migratórios, como a chamada “diretiva de retorno”, contra o xenofobismo e preconceito e, também, apresentavam alguns dados sobre a importância de imigrantes como contribuintes para seguridade social portuguesa.

Há dois outros exemplos que merecem ser mencionado. Um ainda na cidade de Lisboa e outra em Madri. Estes dois últimos exemplos têm em comum o fato de envolverem estabelecimentos comerciais. A Associação Renovar a Mouraria está localizado no Bairro da Mouraria¹⁵ é organização privada sem fins lucrativos e foi fundada em 2008. O objetivo principal da Associação é atu-

---

¹⁵ A presença de imigrantes no Bairro da Mouraria é bastante elevada estima-se que ¼ de seus moradores é de imigrantes.

ar na revitalização do bairro histórico da Mouraria, em Lisboa, em nível social, cultural, econômico e turístico. Ainda que não tenha os imigrantes como público-alvo muitas de suas demandas são atendidas ou encaminhadas na medida em que elas se confundem com as demandas dos moradores do bairro o que na verdade explicita necessidades comuns reforçando as dinâmicas de trocas culturais os laços de convívio comum.

A Associação Renovar a Mouraria está instalada em sua sede “Casa Comunitária da Mouraria” e atende tanto moradores do Bairro, da cidade de Lisboa, bem como turistas.

O último exemplo foi observado no bairro Lavapiés em Madri onde podemos facilmente observar como a presença de imigrantes tem sido traduzida pela economia e pelo consumo cultural. Entre estes podem ser observados escritórios de advocacia voltados à regularização documental de imigrantes, galerias de arte africana, salões de beleza de senegalesas, marroquinas e dominicanas, açougues marroquinos, casas de show que apresentam espetáculos de música e dança latino-americana e africana, pequenos mercados que vendem alimentos e especiarias latino-americanas, asiáticas, africanas e árabe; associações e centro culturais de imigrantes.

Para que possamos adentrar os contrapontos e ambivalências do convívio com a diferença cultural operada pela tradução do consumo parto do último exemplo observado em meu trabalho de campo.

A “Asociación Angata Arte Africano” está localizada em uma das estreitas ruas do bairro Lavapiés. Para turistas desavisados, a sede da associação parece ser uma loja que comercializa objetos de arte e artesanato de origem africana. Na realidade, há a comercialização no local, mas, tal como, a Renovar Mouraria, a Angata é uma associação cultural com fins não lucrativos. A Angata foi fundada por mulheres espanholas que viajam e atuam em missões humanitárias no continente africano, em especial na região do Magrebe e da África Negra do Oeste do continente. Assim, para além das oportunidades exposição e venda de arte e artesanato, os valores obtidos são revertidos para os artistas e para as missões em território africano. Além disto, a Angata procura instrumentalizar culturalmente imigrantes africanos. A associação favorece o conhecimento e o acesso a informações por meio de uma biblioteca e de orientação sobre obtenção de documentos, emprego e moradia.

Por outro lado, o comércio e o consumo cultural oferecem uma via de visibilização que, não obstante, impõe certos limites. Assim, os indianos Rua São Bento são convidados e desfilam para toda a audiência que a acompanha de cantando, dançando e batendo palmas. Mas ao terminar sua participação vão para a periferia do evento. É como se ao encerrarem sua encenação, sua performance,

o grupo e seus integrantes voltassem ao seu lugar no espaço social. Isto é, periférico e praticamente invisível.

Por sua vez, associações, coletivos e empreendimentos culturais sobrevivem de recursos financeiros obtidos por meio editais de organizações internacionais em especial os mantidos no âmbito da União Europeia. Estas entidades ao realizar as atividades como espetáculos culturais, encontros, atividades que fazem circular o dinheiro com o consumo de comidas, bebidas, locação de prédios, contratação de artistas, mas também tem sido fonte de remuneração de pessoas que mantêm vínculos mais duradouras com as entidades ou que sem contratados esporadicamente para o desenvolvimento destas atividades. Além disto, muitas destas entidades possuem sedes pelas quais pagam aluguel e mantêm, ainda que pequeno, um corpo de funcionários permanentes. Todas estas atividades acabam por criar raízes e vínculos mais profundos e passa a constituir um novo ramo da economia de muitas cidades europeias. A fronteira entre o consumo e a cultura torna-se bastante porosa.

Esses são territórios constituídos a partir da convergência de vulnerabilidade social, econômica e legal que atinge não apenas imigrantes, mas, também, portugueses espanhóis. Novos pertencimentos e novas fronteiras são criadas por meio da identificação de necessidades e privações, bem como na construção de alternativas de sobrevivência econômica que envolvem moradias, emprego e geração de renda.

Estas dinâmicas interculturais não se processam, como já nos referimos em outras partes deste artigo, de maneira simétrica, de modo a eliminar todos os preconceitos e racismos, nem faz de todos iguais em termos de oportunidades e acesso a bens simbólicos e materiais. Em meio a este cenário diverso culturalmente, de todas as maneiras acima apontadas, encontra-se registros e marcas que lembram que o preconceito e a xenofobia estão presentes. A ascensão do Kuduro da juventude angolana coabita a mesma cidade em que se observa, inclusive na Mouraria em Lisboa, grafites xenófobos e racistas, por exemplo, com a sentença “fora pretos”.

Por sua vez, atuação da Associação Renovar a Mouraria tenciona com as ações de gentrificação operado a partir de agentes do setor imobiliário local e global que vem atuando no bairro gerando hipervalorização dos imóveis e, consequentemente, a expulsão de antigos e tradicionais moradores. A atuação da Associação, no entanto, necessita de recursos públicos e privados e, também, não foge completamente à lógica dos estilos de vida e do consumo cultural. Isto é, age dentro do campo da sociedade do consumo, mas o faz de modo não hegemônico. Promove a cultura, a integração e a economia social de modo a apoiar a comunidade e o desenvolvimento local de modo a beneficiar os seus moradores e os comerciantes locais.

Em Madri, no bairro Lavapiés, a despeito de um comércio pluriétnico e da existência de Associações como a Angata, observa-se a tensão contra a presença de imigrantes a exemplo das barreiras policiais que buscam imigrantes indocumentados dentro e na saída das estações de metrô do bairro. No coração do bairro, na Praça Nelson Mandela, está sediada A Quimera de Lavapiés um coletivo que funciona em um prédio ocupado que atua na geração de renda, na defesa dos direitos humanos, bem como outras demandas comuns entre imigrantes e espanhóis vulnerabilizados pelo desemprego, falta de moradia e outras necessidades básicas tal como a realização reuniões a céu aberto para diminuir as chances da ação policial no interior do prédio que abriga o grupo, o que poderia implicar na detenção e extradição de imigrantes não documentados.

O que procurei enfatizar nesta parte do artigo é que o consumo cria espaços e situações de maior visibilidade e reconhecimento de imigrantes operando uma maior interação e trocas culturais. Mas, ao mesmo tempo, o consumo impõe limites e restrições para uma maior e amplo convívio entre imigrantes e nacionais uma vez que não implica, necessariamente, em garantias no que diz respeito ao campo dos direitos políticos e humanos. Esta é a marca da ambivalência no interculturalismo produzida pelo consumo o que não deixa de dar razão a Canclini quando afirma que “Deve-se admitir, porém, que as possibilidades de encontro intercultural são melhor aproveitadas pelo mercado que pelas lutas políticas”. (CANCLINI, 2007, p. 113).

Considerações finais

Em seu livro *Carne e Pedra*, Sennet (2008), mais especificamente em seu último capítulo, descreve com pessimismo a experiência multicultural da região de Greenwich Village em Nova York onde a existência de pessoas de várias etnias/nacionalidades não garantem a interação e as trocas culturais entre estes grupos. É a partir de constatações como estas que as políticas interculturais tentaram avançar criando condições e meios para que esta interação pudesse ocorrer. Isto é, no lugar da tendência de isolamento e “guetização” dos grupos, buscou-se, em nome da coesão social, a aproximação e convívio entre os diferentes grupos de imigrantes.

Nas últimas três décadas, a imigração internacional tem crescido e tem se tornado mais complexa. Desafios teóricos, políticos e cotidianos são recriados e outros são produzidos. Um deles se refere às questões produzidas pela imigração do ponto de vista da diversidade cultural. O interculturalismo faz parte deste cenário e nos coloca, ao mesmo tempo, alguns limites e algumas saídas.

Como chave analítica, o interculturalismo demonstra ter fôlego e pertinência para analisar a diversidade cultural produzida pelas migrações de modo a dar clareza e inteligibilidade a configurações culturais que se inter cruzam com dinâmicas políticas institucionais e econômicas. O interculturalismo, com efeito, nos permite entender que há relações e trocas ao mesmo tempo em que há relações assimétricas de poder. Uma não exclui a outra, o que existe é uma dinâmica seletiva de trocas definidas pelas posições de poder entre os atores envolvidos.

É no plano das políticas de integração de imigrantes e de gestão da diversidade que o interculturalismo parece apresentar mais limites. Há uma contradição em termos entre a natureza do Estado-nação e o princípio do interculturalismo como dinâmica de trocas culturais e aprendizado mútuo considerando os imigrantes e os nacionais. Isso se deve, ao menos em parte, ao fato de o Estado-nação ter tido o papel de produzir uma identidade nacional. Essa contradição é ratificada tanto na bibliografia consultada quanto nas narrativas de representantes de associações de imigrantes entrevistados. Todavia, os dados sobre racismo, xenofobia e os depoimentos coletados durante a pesquisa indicam que se o interculturalismo apresenta limites no que diz respeito às políticas de integração de imigrantes e de gestão da diversidade, as leis e ações promovidas pelos governos dos países ibéricos teriam agido de modo a conter o crescimento do racismo e da xenofobia entre seus cidadãos.

Por sua vez, mais do que as políticas oriundas de organismos internacionais como os ligados à União Europeia e dos Estados Nacionais, o mercado, mais especificamente o consumo cultural, parece ter se aproximado deste objetivo. No entanto, como a bibliografia e a pesquisa que deu origem a este artigo demonstram o avanço neste terreno impõe seus próprios limites.

Por fim, em seus avanços e recuos, penso que experiências como a de Portugal e de Espanha no que diz respeito às chamadas políticas de integração do imigrante e de gestão da diversidade que dialogaram diretamente com a temática da interculturalidade em suas várias dimensões, mesmo com as limitações aqui elencadas, têm algo a dizer para estudiosos e gestores da questão migratória.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70. S/D.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BERRY, John W. Intercultural Relations in Plural Societies: Research Derived from Multiculturalism Policy. **Acta de Investigación Psicológica**, n. 3 (2), p. 1122-1135, 2013.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. Reflexões sobre o racismo. In: CASTORIADIS, Cornelius. **O mundo fragmentado**: as encruzilhadas do labirinto/3. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1992, p. 27-41.

DIETZ, Gunther. La interculturalidad entre el ‘empoderamiento’ de minorias y la ‘gestión’ de la diversidad. **Puntos de vista**: interculturalidad. Madrid, n. 12, v. 3, dec., 2007.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ENNES, Marcelo Alario; RAMOS, Natalia; SUARÉZ, Belén. O Lugar do Interculturalismo nas Políticas. Imigratórias em Portugal e Espanha. **Revista TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 243-268, jan./jun., 2018.

ENNES, Marcelo Alario; RAMOS, Natalia. A Presença brasileira em Portugal: Interculturalismo e consumo cultural. In: BÓGUS, L., BAENENGER, R. **A Nova Face da Emigração Internacional no Brasil**. São Paulo: Educ, 2018b, p. 265-286.

ENNES, Marcelo Alario. Aprender com o imigrante: A produção multi/intercultural da diversidade em Portugal. **Cadernos CERU/USP**, v. 25, n. 1, p. 197-224, 2014.

ENNES, Marcelo Alario. Produção da diversidade: identidades e imigração. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, p. 217-286, 2016.

GONZÁLEZ, Carlos Vázquez. **Inmigración, diversidad y conflicto cultural**: Los delitos culturalmente motivados cometidos por inmigrantes. (especial referencia a la mutilación genital femenina). Madrid: Dykinson, 2010.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais Belo Horizonte: Humanitas, 2009.

HELD, D. Cultura nacional, globalización de las comunicaciones y comunidad política. In: SAMPEDRO, Victor, LLERA, Mar (eds.). **Interculturalidad**: interpretar, gestionar y comunicar. Barcelona: Edicions Bellaterra. 2003. p. 33-50.

INNERARITY, D. Políticas de la identidad. In: SAMPEDRO, Victor, LLERA, Mar (eds.). *Interculturalidad*: interpretar, gestionar y comunicar. Barcelona: Edicions Bellaterra, p. 69-80, 2003.

INSTITUTO Nacional de Estatística. 2018. **Estatísticas demográfica**. Lisboa: INE. Disponível: https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=348174760&PUBLICACOESmodo=2, 2018. Acesso em 15 mar. 2021.

KUMAR, Rahul. Portugal aos portugueses: a extrema direita depois de 25 de abril. In: DIAS, Bruno Peixe, Dias Nuno. **Imigração e racismo em Portugal**. O lugar do outro. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 91-113.

MARCON, Franc Nilton. O kuduro como expressão da juventude em Portugal: estilos de vida e processos de identificação. **Estado e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 75-90, 2013.

MEER, Nasar, Modood, Tariq. How does interculturalism contrast with multiculturalism. **Journal of Intercultural Studies**, v. 33, n. 2, april, p. 175-196, 2012.

OLIVEIRA, Catarina Reis, GOMES, Natália. (org.). **Indicadores de integração de imigrantes**. Relatório estatístico anual. Lisboa: Observatório das migrações, 2017.

OLIVEIRA, Nuno. “Portugal não é um país pequeno”. Reload – ‘Terceira via’ ou a despolitização da diferença.? In: DIAS, Bruno Peixe; DIAS, Nunes. (org.). **Imigração e racismo em Portugal**: o lugar do outro. Lisboa: Edições 70/Le Monde Diplomatique, p. 48-71, 2012.

ONGHENA, Yolanda. Reinterpretar para gestionarla diversidade cultural. In. SAMPE-DRO, Victor, LLERA, Mar [eds.] **Interculturalidad**: interpretar, gestionar y comunicar. Madrid: Barcelona, 2003, p. 51-65.

ONU. Trends in international migrant stock: The 2017 revision. (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/ Rev.2017). 2017. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates17.asp>. Acesso em 04 out. 2019.

PORTUGAL. **Plano de integração do Imigrante**. 2007-2008. Lisboa: ACIDI. (S/D).

PORTUGAL. **II Plano de integração do Imigrante**. 2010-2013. Lisboa: ACIDI. (S/Db).

RAMOS, Natalia. Interculturalidade e alteridade: dinâmicas, contextos e políticas. In: SERAFIM, José Francisco, TOUTAIN, Lúcia Brandão e GEFFROY, Yannick. **Perspectivas em informação visual**. Cultura, percepção e representação. Salvador, EDUFBA, 2010, p. 27-56.

SAID, Edward W. Introdução. In.: SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia. das Letras. 2007, p. 27-60.

SAMPEDRO, Victor, Llera, Mar (eds.). **Interculturalidad**: interpretar, gestionar y comunicar. Madrid: Barcelona, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. Coimbra, Almedina, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (org). **Identidades**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 19-39.

SAPO. Portugal está entre os países mais racistas da Europa. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/561219/portugal-esta-entre-os-paises-mais-racistas-da-europa>. Acesso em: 24 ago. 2018.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

ZAPATA-BARRERO, Ricard. Interculturalism in the post-multicultural debate: a defence. **Comparative migration studies**. n. 5, v. 14, p. 01-23, 2017.